



Antíteses

ISSN: 1984-3356

hramirez1967@yahoo.com

Universidade Estadual de Londrina
Brasil

Silva, Robson Roberto

A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São
Paulo no século XIX

Antíteses, vol. 9, núm. 17, enero-junio, 2016, pp. 297-322

Universidade Estadual de Londrina
Londrina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193346401016>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

re^odalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX

The presence of wet- milk in breastfeeding of white children in the city of São Paulo in the nineteenth century

Robson Roberto Silva¹

RESUMO



O objetivo desse estudo será a análise da participação das mulheres negras na função social de amas-de-leite na amamentação das crianças brancas das famílias senhoriais na cidade de São Paulo no século XIX, porque as mães brancas não tinham condições físicas para garantirem seu aleitamento. As escravas negras ficaram conhecidas como mulheres que devido ao seu porte físico e características raciais, poderiam dar o peito para os filhos dos senhores. Elas eram obrigadas a rejeitarem do leite materno sua própria prole, o que aumentava os índices de mortalidade entre as crianças escravas. Mas, a atuação das amas-de-leite não ficava limitada à casa dos senhores, na capital paulista, em muitos anúncios jornalísticos, elas eram alugadas nos casos de mulheres que estavam impossibilitadas de amamentarem. As negras libertas também alugavam seus serviços de amas-de-leite para conseguirem algum dinheiro. A presença das amas-de-leite na amamentação infantil começou a ser contestada pela saúde pública nas décadas finais do século XIX; com o desenvolvimento da profilaxia higiênica e da puericultura. Segundo o pensamento científico do final do século XIX, as críticas médicas sobre as amas-de-leite seria devido à falta de higiene no aleitamento, ocasionando doenças e aumento da mortalidade infantil, tanto que seus serviços foram alvos de regulamentação política de controle social.

Palavras-chave: *Brasil Império. Escravidão. Amas-de-leite. Mulheres escravas. Amamentação.*

¹ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho (UNESP). Faculdade de Ciências e Letras de Assis – SP. Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina – PR (UEL).

ABSTRACT



The aim of this study is to analyze the participation of black women in social function of wet-milk in breastfeeding of white children of noble families in the city of São Paulo in the nineteenth century, because white mothers had no physical condition to ensure their feeding. The black slaves became known as women who because of their physical size and racial characteristics, could give the breast to the sons of lords. They were obliged to reject the breast milk their own offspring, which increased mortality rates among child slaves. But the performance of the wet-milk was not limited to the house of lords, in São Paulo, in many newspaper ads, they were rented in the cases of women who were unable to breastfeed. The freed black also rented their love-nurse services to get some money. The presence of wet-milk in infant feeding began to be challenged by the public health in the final decades of the nineteenth century; with the development of prophylactic and hygienic childcare. According to the scientific thinking of the late nineteenth century, medical criticism of the wet-milk would be due to poor hygiene in breastfeeding, causing disease and increased infant mortality, so that their services have been targets of political regulation of social control.

Keyword: Brazil Empire. Slavery. Love-nurse. Female slaves. Breast-feeding.

A figura das amas-de-leite no ambiente das famílias patriarcais no século XIX

As mulheres negras tiveram um papel importante dentro do sistema escravocrata na História do Brasil e na formação da sociedade escravagista que durou mais de três séculos. Normalmente elas eram inseridas no sistema escravocrata como serviçais nas fazendas ou casarões, no eito das plantações, como lavadoras, quitandeiras ou vendedoras nas ruas das cidades, cuja importância foi fundamental para perpetuar a escravidão no Brasil. Entretanto, apesar da sua importância no conjunto da família patriarcal, as pesquisas históricas relativas à participação das escravas no cotidiano das fazendas e sobrados urbanos senhoriais surgiram somente nos últimos 40 anos com a ampliação dos estudos da historiografia social sobre a formação familiar e suas relações com a escravidão (por exemplo, nos estudos de Robert Slenes e Stuart B. Schwartz). Anteriormente, os estudos historiográficos, principalmente da linha da sociologia marxista, enfatizavam que as mulheres e as crianças negras, não eram muito apreciadas comercialmente pelos traficantes e senhores de escravos. Eles davam preferência para homens jovens e adultos, no auge das suas forças físicas para trabalharem nas plantações das fazendas. Segundo o historiador Jacob Gorender:

Se a proporção de mulheres trazidas da África já constituía, por si mesma, fator desfavorável ao incremento vegetativo dos plantéis, igualmente contrariavam esse

incremento o regime de trabalho e as condições de vida nas plantagens. Nas faces de intensa demanda de mercado, não podia convir ao plantador que as escravas reduzissem a capacidade de trabalho com a gravidez, o parto e os cuidados necessários aos recém-nascidos. (GORENDER, 2010, p. 372-373).

Segundo o sociólogo Florestan Fernandes os escravos importados da África eram destituídos de qualquer tipo de sociabilidade devido ao tratamento imposto pela escravidão, assim, a estrutura familiar dos negros se caracterizava pela desorganização:

Em primeiro lugar, parece claro que eles eclodiram, se manifestaram e se perpetuaram de forma especialmente perniciosa, recorrente e destrutiva em virtude das debilidades institucionais da população negra e mulata na Capital. Se esta tivesse encontrado meio mais rápido de participação da herança sócio-cultural da comunidade inclusiva e principalmente, se tivesse absorvido mais depressa seus modelos de organização da família, é muito provável que aqueles problemas sociais não se propagariam nem se perpetuariam nas mesmas proporções. (FERNANDES, 1965, p. 117).

Nesse sentido, num sistema onde havia a supervalorização do trabalho masculino, as negras escravas acabavam se tornando uma mercadoria suplementar. Segundo o historiador Caio Prado Junior, as mulheres escravas também serviam de objeto sexual dos senhores, impondo o direito senhorial de utiliza-las ao seu bel-prazer:

A outra função do escravo, ou antes, da mulher escrava, instrumento de satisfação das necessidades sexuais dos seus senhores e dominadores, não tem um efeito menos elementar. Não ultrapassará também o nível primário e puramente animal do contacto sexual; não se aproximando senão muito remotamente da esfera propriamente humana do amor, em que o ato sexual se envolve de todo um complexo de emoções e sentimentos tão amplos que chegam até a fazer passar para o segundo plano aquele ato que afinal lhe deu origem. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 324).

Todavia, os estudos historiográficos sobre a escravidão no Brasil não poderiam limitar-se a simplória análise que colocava em campos opostos senhores e cativos. "As relações sociais no Brasil nos séculos XVII, XVIII e XIX, são, pois, complexas, bem mais do que a imagem simplificadora refletida pela clássica oposição entre homens livres dominantes e homens pretos dominados." (MATTOSO, 1982, p. 123). Por isso, divergindo discurso dos historiadores marxistas; as análises do sociólogo Gilberto Freyre, fundamentadas nas teorias da História Cultural, destacava que nas relações entre senhores e escravos havia espaços para negociações e acomodações. Segundo Freyre, as relações raciais mais fluidas e flexíveis teriam fomentado a miscigenação no Brasil:

A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – as dos brancos com as mulheres de cor – de "superiores" com "inferiores" e, no maior número de casos, de senhores desabusados e sádicos com escravas passivas, adoçaram-se, entretanto, com a necessidade experimentada por muitos colonos de constituírem família dentro dessas circunstâncias e sobre essa base. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa-grande e a mata tropical; entre a casa-grande e a senzala. (FREYRE, 2003, p. 32).

Segundo Gilberto Freyre, as relações entre brancos e negros, senhores e escravos não era dicotômica ou segregada em pólos distintos, mas se entrecruzavam, devido especialmente à cultura dos portugueses em se misturarem racialmente com outros povos. Como consequência, o sociólogo descreve abaixo que era comum a cena de famílias patriarcais que tiveram filhos brancos misturados a filhos mulatos e crioulos:

Numa época como foi o século XIX, entre nós, de grande mortalidade não só de crianças como de senhoras, e em que só o marido vivia, de ordinário, patriarcalmente, até idade propecta, depois de ter casado sucessivamente com três, quatro mulheres e se cada uma ter tido cinco, seis, oito filhos; [...], não deviam ser raros os casos de irmãos por parte de pai que fossem, uns brancos, outros negróides, outros acabocladados. Sob o mesmo nome patriarcal de família, os três sangues. Brancos puros com irmão ou irmã mulata. Indivíduos louros, ruivos até, com irmão ou irmã de cabelo encarapinhado e beiços grossos. Esses casos de três mulheres para um marido tornam difíceis generalizações sobre certas famílias. Vê-se como era fácil, debaixo do mesmo teto de casa-grande ou de sobrado, [...] haver irmãos diversos na raça, na cor, nos traços, na qualidade do cabelo, no próprio teor de sangue. (FREYRE, 1998, p. 642-643).

Nesse sentido, é possível verificar na citação de Freyre que a família patriarcal era racialmente mais heterogênea, onde coexistiam filhos brancos legítimos com filhos mestiços e “bastados”, raramente os senhores reconheciam a paternidade dos ilegítimos.

As escravas domésticas ou mucamas eram criadas designadas pelos senhores para cuidar diretamente da família senhorial e tinham maior proximidade no ambiente patriarcal nas casas-grandes, se comparado aos escravos de eito. O historiador Carlos Eugenio Marcondes de Moura descreve as funções das mucamas nas casas-grandes:

As “mucamas” arranjavam uma porção de quartos e alcovas, não só dos da casa, como também os dos hóspedes, quase sempre em grande número. Além disso, serviam os banhos em respeitáveis bacias de cobre, e pela manhã, levavam em bandejas igualmente respeitáveis o clássico café com leite, gemada ou chocolate, acompanhados de uma dezena de gulodices, cada qual mais apreciada. Havia “mucamas especializadas” que tomavam conta de tudo concernente a uma só pessoa, encarregando-se também, nas horas vagas, de contar histórias às crianças e de dar-lhes estalados cafunés, [...]. Uma corte de “crioulinhas” costurava fazia os serviços leves e, pela tarde, em turmas, areava as bacias, utilizando-se da cinza de guararema e de limões ao meio partidos. (MOURA, 1998, p. 190).

Na condição de escravas, elas deveriam ser servis e subalternas aos senhores, mesmo nas relações sexuais. “Assim, também neste ponto, o direito escravista brasileiro se situava atrás do direito romano e legitimava a prostituição da mulher escravas pelos senhores.” (GORENDER, 2010, p. 502). Todavia se as análises de Gilberto Freyre superaram a dicotomia branco/negro e explorador/explorado dos historiadores marxistas, ele reforçava um caráter exageradamente libidinoso aos escravos, adocicando e romaneando essas relações sexuais que, na verdade, eram resultados de estupros e violências. “[...] a liberdade para os meninos brancos cedo vadiarem [...], deflorarem negrinhas, emprenharem escravas, [...] constituíram vícios de educação, talvez inseparáveis do regime de economia escravocrata, dentro do qual se formou o Brasil.” (FREYRE, 2003, p. 490). Novas pesquisas documentais sobre a família escrava na década de noventa possibilitaram outras visões historiográficas sobre as relações entre negros e senhores, refutando a visão idílica e adocicada de Gilberto Freyre. Segundo o historiador americano Robert W. Slenes, analisando inventários e testamentos, as relações sexuais entre o senhor (Lucio) e as suas escravas (Maria, Ana e Rufina) e o nascimento de seus filhos mestiços mostravam um relacionamento era bastante intrincado, misturando imposição e submissão, com acomodação e negociação:

As relações sexuais de Lucio com Maria e com Rufina duraram [...], um período substancial; cada uma dessas mulheres lhe deu duas crianças: Maria no espaço de cinco anos, Rufina provavelmente num período de um ano a 22 meses. Isidoro, filho de Ana, nasceu entre os dois filhos de Rufina e num intervalo de apenas meses, o que pode indicar que Lucio tenha mantido relações com duas mulheres simultaneamente. Já os filhos de Maria nasceram depois, o ultimo em 1858, apenas três anos antes de Lucio redigir o testamento. Apesar de sua intimidade com essas escravas, Lucio manteve pelo menos duas no cativeiro. Em 1861, Maria e Ana foram avaliadas como parte de seu espólio, Foram descritas como cozinheiras e costureiras. Rufina não aparece nos documentos do inventario, e é possível que Lucio a tenha libertado. Se assim procedeu, ele não lhe deixou nada no testamento. Aliás, nenhuma dessas mulheres foi sequer mencionada no documento. Tal silencio sugere que ele se interessava em esconder as origens maternas de suas crianças, agora que se identificava como pai, assim como preocupava-se em não revelar sua paternidade nos assentos de batismo, onde identificou as mães como escravas. (SLENES, 1997, p. 252).

Além da função de mucamas, frequentemente as escravas negras mais jovens e que estivessem em período lactante eram obrigadas a serem amas-de-leite dos filhos dos senhores. “De Portugal transmitira-se ao Brasil o costume das mães ricas não amamentarem os filhos, confiando-os ao peito de saloias ou escravas. [...]: o precioso leite materno era quase sempre substituído pelo leite mercenário das amas.” (FREYRE, 2003, p. 460). Segundo a mentalidade escravocrata, as negras eram consideradas mais saudáveis e seu leite mais forte para o aleitamento das crianças senhoriais. “A tradição brasileira não admite dúvida: para ama-de-leite não há como a negra. [...]. Alegava que além de serem mais sanguinhas, convertem melhor o alimento em leite, [...], que tanto é mais negra tanto é mais fértil.” (FREYRE, 2003, p. 444). Essa imposição dos senhores sobre as escravas lactantes em privilegiar as crianças brancas impossibilitava delas darem os cuidados necessários para sua própria prole, o que acarretava na alta mortalidade entre as crianças negras. Segundo a historiadora Sandra Maria Giacomini:

A existência das mães pretas revela mais uma faceta da expropriação da senzala pela casa-grande, cujas as consequências inevitáveis foram a negação da maternidade escrava e a mortalidade de seus filhos. Para que a escrava se transformasse em mãe-preta da criança branca, foi-lhe bloqueada a possibilidade de ser mãe de seu filho preto. A proliferação de nhonhês implicava o abandono e a morte dos moleques. Desta forma, ao incorporar anegra ao ciclo reprodutivo da família branca, a escravidão reafirmava a impossibilidade para os escravos de constituírem seu próprio espaço reprodutivo. (GIACOMINI, 1988, p. 80).

Diante da impossibilidade de criação de seus filhos e vendo-os morrerem pela desnutrição, restando as mulheres escravas dedicarem sua atenção e afeto aos filhos de seus senhores. Durante o período de amamentação, vão se criando vínculos e laços afetivos entre a escrava e a criança branca, essa afeição ultrapassava a fase de lactante. A escrava negra acabava se convertendo em uma segunda mãe, conhecida como *mãe-preta*. “Muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi criado inteiramente pelas mucamas. Raro o que não foi amamentado por negra.” (FREYRE, 2003, p. 449). Os laços de afeição maternal criados entre ama-de-leite escravas e a pequena criança poderia ser tão forte que o momento da separação era extremamente doloroso. Por exemplo, nessa carta do viajante francês Charles Expilly remetido para sua filha Marta descreve o sofrimento da escrava Julia Monjola ao se separar da sua amada cria de leite:

A MADEMOISELLE MARTA EXPILLY

Minha querida filha.

Como tua mãe, nasceste no Brasil e uma escrava deu-te a beber seu leite. Eras bem criança, quando, após dolorosas provações, deixamos o país. Assim, não deves ter guardado a mais vaga lembrança da tua mãe preta. Daí, como poderias recordar do “discurso de despedida” que ela murmurou no teu ouvido, antes de separa-se de ti? Ela pediu-te, entre lágrimas, como se pudesses compreender, que nunca te esquecesses daquela que todos os dias te embalava nos braços e te fazia adormecer no seio. E se algum dia fosses rica, que a comprasses para ser só tua. Tua mãe e eu ficamos profundamente sensibilizados, ao ouvir a dolente e comovente suplica de Julia a Monjola. O que teria sido feito dela, depois que partimos? Quem sabe aquela que te deu a vida terá morrido sob o chicote do feitor? Quando puderes ler esse estudo de costumes escravagistas, pensarás na tua mãe preta, e de Julia, a tua piedade se estenderá a todos os infortúnios imerecidos; porquanto, não é somente na América, minha Marta, que há escravos e senhores inexoráveis. Este livro completará o ensinamento em incutir na tua alma de menina, se te inspirar o horror a opressão e o amor à justiça. CHARLES EXPILLY. Paris, junho de 1863. (EXPILLY, 1935, p. 9-10).

Os laços de afeição ultrapassavam o período de amamentação, muitas vezes, as escravas amas-de-leite acabavam virando amas-secas dos filhos de seus senhores, realizavam os primeiros cuidados maternos junto com a senhora, o que possibilitava a criação de uma afetividade entre ama e a criança durante a primeira infância. Essa ligação entre as amas-secas e as crianças brancas foram registradas em álbuns de fotografias

das famílias patriarcais do século XIX conforme pode ser verificado a imagem realizada pelo fotógrafo Militão Augusto Azevedo em 1874 (Imagem 1).²

Algumas vezes as relações sexuais impostas as escravas pelos senhores acabavam acarretando situações inusitadas. Em muitas ocasiões, as escravas negras amamentavam seus próprios filhos ilegítimos; fruto de relacionamentos sexuais com seus senhores, porém elas não poderiam revelar a origem racial da criança, seja pela própria imposição do senhor ou por medo da rejeição dos filhos. Essa curiosa questão social aparece como tema principal da peça teatral **Mãe**, escrita pelo romancista José de Alencar em 1862, na cena abaixo a senhora Elisa conversa com a escrava Joana e tenta persuadir a escrava para descobrir se ela é a mãe verdadeira de Jorge, seu senhor:

JOANA: Mas laiá é uma moça bonita! E eu que sou sua mulata velha... Desde que nonhô Jorge nasceu, que o sirvo, e nunca brigou comigo!

ELISA: Foste tu, que o creaste?

JOANA: Foi laiá. Nunca mamou outro leite, senão o meu...

ELISA: Ah! Tu és sua — mamai Joana?

JOANA (estremecendo): Mamai... Não diga isto, laiá!

ELISA: De que te espantas? Uma cousa tão natural!

JOANA: Nonhô não deve me chamar assim! ... Eu sou escrava, e ele é meu senhor.

ELISA: Mas é teu filho de leite.

JOANA: Meu filho morreu!

ELISA: Ah! Agora compreendo! Esse nome de mãe te lembra a perda que sofreste! Perdoa, Joana.

JOANA: Não tem de que, laiá. Mas Joana lhe pede... Se não quer vê-la triste, não fale mais nisto. (ALENCAR, 1862, p. 4-5).

² **Nota do Editor:** as imagens citadas ao longo do texto encontram-se no “Caderno de Imagens”, ao final do artigo.

Vimos na cena que apesar da insistência de Elisa, a escrava Joanna não revela que ela não é apenas a ama-de-leite de Jorge, mas sua mãe. Claro que no clímax da peça a verdade será revelada, mas isso não vem ao caso para esse estudo. Mas, é digno de nota que apesar das mulheres escravas terem participado ativamente do aleitamento e da criação dos filhos dos senhores, dificilmente isso seria reconhecido quando elas tornavam-se adultas. As vezes elas poderiam receber a sua alforria, entretanto, na maioria dos casos, a tarefa que essas mulheres cumpriam caía no esquecimento e ao envelhecerem, recebiam apenas o desprezo da família. Por exemplo, o trecho do livro **Motta Coqueiro** de autoria de José do Patrocínio, descreve os infortúnios da escrava Balbina, abandonada após ter amamentado e criado os filhos de seus senhores:

— Não chora, não, criança; mundo é assim mesmo. Balbina criou o filho dos brancos, Balbina foi boa para o menino. Quando o filho dos brancos estava doente, Balbina sentia como se fosse filho dela. Menino já está grande; os brancos jogam fora Balbina; põem a escrava de outro dono no meio dos escravos dos brancos. [...]; Balbina é surrada, como negro ladrão. Balbina sofre calada, porque maior é Deus. Tem amizade ao filho dos brancos, que não é filho de Balbina. (PATROCÍNIO, 2014, p. 59).

Por fim, as amas-de-leite escravas eram tratadas como qualquer escravo, como mercadoria, a visão idílica de reconhecimento e inclusão dessa escrava a família patriarcal era algo que raramente acontecia. Durante a segunda metade do século XIX, muitas transformações estruturais e socioeconômicas ocorreram no sistema da escravidão brasileira, especialmente após a proibição do tráfico negreiro em 1850 e com o crescimento dos centros urbanos; o eixo das relações escravistas vai gradativamente se deslocando das casas-grandes e das fazendas cafeeiras para os sobrados nos centros urbanos. Essas mudanças estruturais também afetaram as relações sociais entre senhores e escravas, especialmente na capital paulista, onde supostamente elas teriam uma maior autonomia e diversidade de serviços, contudo ainda seriam escravas.

A venda e aluguel das amas-de-leite pelos senhores na capital de São Paulo

A urbanização da capital paulista teve um considerável aumento na segunda metade do século XIX especialmente devido às transformações da economia mundial, a decadência do sistema escravista, a imigração e a ascensão do trabalho livre. Na Capital paulista, ao contrário das fazendas, predominavam os pequenos planteis de escravos e havia uma maior circulação e diversificação dos serviços e tarefas, portanto, o aluguel de amas-de-leite escravas para terceiros era uma atividade corriqueira entre os senhores. "Assim, o aluguel de amas-de-leite representava uma atividade econômica importante nas cidades. Pequenos

senhores de escravos exploravam esse mercado, alugando suas cativas em período pós-natal.” (ALENCASTRO, 1997, p. 63). Os serviços das amas-de-leite para amamentação de filhos de terceiros acabava se tornando uma fonte de renda interessante para seus senhores. “Para o senhor da escrava, seu aluguel como ama-de-leite podia render boa quantia mensal.” (KOUTSOUKOS, 2009, p. 306). A venda e aluguel de escravas como amas-de-leite atendia a uma demanda das famílias em que as mulheres brancas não queriam amamentar seus filhos, seja por modismo ou por incapacidade física. “As mulheres brancas nunca amamentam seus filhos e daí os anúncios de escravas para amas de leite, que enchem os jornais da capital.” (SCHLICHTHORST, 2000, p. 141). Tendo a disponibilidade de leite materno, os senhores logo anunciavam suas escravas nos anúncios jornalísticos, divulgando as qualidades de sua mercadoria escrava nos jornais da época no século XIX:

Se tiver ou saber de uma ama de leite para criar uma menina, que anda penando por falta delle, queria ir ou mandar à rua de São Bento casa n.5, o que achará com quem tratar, advertindo que não se olha a preço. (Farol Paulistano, 15 jun. 1836, p. 4).

Ama de Leite: Vende-se uma boa escrava, moça, com muito bom leite, e sem vício algum na rua S. Bento n. 31. (Correio Paulistano, 31 jun. 1854, p. 4).

Ama de leite: Aluga-se uma ama-de-leite bem sadia e abundante de leite, na ladeira Santo Antonio n. 4 em casa de José Luiz de França Pinto. (Diário de São Paulo, 15 jun. 1866, p. 3).

Precisa se, com urgencia, na rua da Princeza, antiga do Jogo da Bola, n. 6, de uma ama de leite, de bom e abundante leite, captiva ou liberta, Paga-se bom ordenado, mas exige-se a ama sem filho. (Jornal da Tarde, 28 jan. 1879, p. 3).

Amas de leite: Offecerem-se duas amas sem filhos com leite bom e abundante. Para vê-las a agencia commercial, rua Piratininga n. 56 – A. (A Província de São Paulo, 7 ago. 1881, p. 3).

Segundo os anúncios acima, além das exigências das escravas estarem saudáveis, não terem vícios e com abundância de leite, ela também não poderia ter filhos, condição que criava inúmeros inconvenientes tanto para a escrava como para seu senhor. “Quando a escrava com filho era alugada como ama-de-leite, [...], o senhor seria constrangido a aceitar que a ama partilhasse leite e atenção entre nhonhô e o moleque.” (MAGALHÃES; GIACOMINI, 1983, p. 78). Dividir o leite materno da ama entre filho dela e outra criança seria ruim para sua locação, pois a família contratante exigia exclusividade no aleitamento da criança branca. Até a promulgação n. 1.695 de 15 de Setembro de 1869, quando se proibiu a separação de mulheres escravas dos filhos em leilões, os senhores exerciam seu pleno direito de separarem abruptamente as crias de suas mães

escravas. “A possibilidade de ama e filho viverem sob o mesmo teto parece ter estado intimamente ligado ao destino reservado à mercadoria escrava leiteira.” (MAGALHÃES; GIACOMINI, 1983, p. 78). O dilema das amas-de-leite em compartilhar o leite materno com sua prole e os filhos de seus senhores foi retratado na pintura intitulada: Mãe-Preta de Lucilio de Albuquerque em 1912 (Imagem 2).

Segundos os relatos dos missionários metodistas norte-americanos Daniel P. Kidder e James C. Fletcher, os senhores das escravas com interesse de alugá-las, obrigavam a depositarem seus filhos na *Roda dos Enjeitados*, com a “falsa promessa” de que caso as crianças sobrevivessem, estariam libertas ou alforriadas:

Qual seria a condição moral ou os sentimentos humanos dessas numerosas pessoas que deliberadamente contribuem para expor a vida das crianças? Uma circunstância peculiar ligada a esse estado de coisas e o fato alegado de que muitos dos expostos são produtos das mulheres escravas, cujos senhores, não desejando os aborrecimentos e as despesas da manutenção das crianças ou desejando os serviços das mães como amas de leite, exigem que as crianças sejam enviadas à Enjeitaria, onde, se conseguem sobreviver, serão livres. (KIDDER; FLETCHER, 1941, p. 130).

Nesse artigo publicado no Correio Paulistano a parteira Maria Josephina Mathilde Dorucher denunciava os abusos dos senhores das escravas, pois ao vendê-las ou alugá-las para o aleitamento das crianças, elas eram utilizadas até a sua exaustão, ocasionando muitas doenças e o ressecamento do leite materno; a parteira também fala das falsas promessas de liberdade para as escravas não cumpridas pelos seus senhores:

É incrível o abuso do direito do senhor contra o escravo, e o numero de escravas physicamente impossibilitadas de amamentar que diariamente vem ao nosso consultório: umas syphiliticas, outras escorbúticas; umas com empigens, outras tuberculosas; umas chloróticas, outras escrofulosas; quasi todas sem leite, porque, contra todas as leis divinas e humanas, se lhes tem arrancado os filhos para leval-os à roda, afim de alugar as mães, mais facilmente, como amas de leite. Ora, como bastam dias sem dar de mamar para estancar o leite, resulta que se alugam assim mesmo amas, e o que de mais revoltante há é que depois de uma ama esgotada por uma longa criação, ainda se obriga a pobre escrava a dizer que pariu a poucos dias, e que se não tem bastante leite é porque o filho foi para a roda e não tem dado de mamar; [...], porem tarde e as más horas se conhece o embuste. (Correio Paulistano, 7 dez. 1870, p. 4).

Não seria de admirar que diante de tantos sofrimentos, as amas-de-leite ficassem revoltadas e quisessem se vingar sobre as crianças brancas que amamentavam. “As tristes histórias de separação das amas negras escravas e seus filhos naturais narravam casos de crianças vendidas em separado da mãe.” (KOUTSOUKOS, 2009, p. 307). Em um tom satírico, o escritor Martins Pena, na sua peça teatral: *As desgraças de uma criança*; criou a personagem Madalena, ama-de-leite negra que maltratava uma criança.

Já dorme, graças a Deus! Triste vida essa minha! Criar isso... Se ao menos fosse meu! Coitadinho, esse já está lá no céu, e a pobreza e necessidade aqui me têm presa. Que remédio? Criar filho alheio, para depois tomar-lhe amor e viver separada, às vezes nem reconhecimento... Que vida! Quando todos dormem, estou eu acordada, mudando-lhe fraldinhas e cueiros... Agradável e aromática ocupação! Ai que acordou! Dorme, dorme... Que pertinho estou... [...] Senhora Santana... [...]... Dorme, dorme... [...] Ah, não quer dormir? Pois espera. [...] Agora dorme. (A CRIANÇA CHORA) Que goelinha de sapo! Anda chora para ai! (CANTA) Senhora Santana... (ETC). E então não dormiu? Santo remédio para crianças são as palmadas! (PENA, 2002, p. 3).

Além das crianças brancas de famílias ricas, as amas-de-leite escravas também atendiam os recém-nascidos expostos na Roda dos Enjeitados do hospital da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Nesse estabelecimento, mantido pela Igreja Católica, o número de amas era sempre insuficiente diante da demanda das crianças, sem contar com toda a precariedade da instituição. “A primeira vez que fui à roda dos expostos achei [...] sete crianças com duas amas; nem berços, nem vestuários. Pedi o mapa e vi que em 13 anos tinham entrado perto de 12 mil e apenas tinham vingado mil, não sabendo a Misericórdia verdadeiramente aonde eles se achavam.” (GRAHAM, 1956, p. 256). A historiadora Maria Luiza Marcilio explica com era a atuação das amas contratadas pelo hospital da Santa Casa de Misericórdia, o quanto elas recebiam por criança e o período em que ficavam com elas amamentando e criando:

Os expostos que se expõem na Roda, logo que ali chegam encontram amas-de-leite [...]. As amas que não têm moléstias se dão os seus nomes e de seus maridos, se os têm, e moradia. Recebem o feto de cueiros e camisas e mais enxovais, que lhes dá a Casa, em fazenda, paga-se-lhe 4\$000, por mês, por tempo de 18 meses e a despesa de leite; no fim de cada ano, paga-se-lhe mais 2\$400, a saber, os varões até a idade de 7 anos e as fêmeas até a idade de 10 anos. Por ser tão módico e insignificante esse salário, se não pode exigir das amas que prestem fianças no ato de receberem

os expostos, [...], os Administradores fazem as suas visitas pela casa das criadeiras, para indagarem do bom ou mau tratamento, e providenciarem o que for necessário. (MARCILIO, 1998, p. 145-146).

Apesar da sua importância histórica e social para a alimentação e saúde infantil, os serviços prestados pelas amas-de-leite foram muito contestados pelos intelectuais da medicina infantil, da pediatria e da puericultura em São Paulo nas últimas décadas do século XIX.

O discurso médico-sanitarista e a regulamentação do aleitamento infantil

As transformações ocorridas na segunda metade do século XIX não se limitavam às mudanças socioeconômicas, mas também culturais, um maior intercâmbio de idéias e costumes entre a Europa e o Império do Brasil. No conjunto dessas idéias importadas, muitas teorias social-evolucionistas: Arthur de Gobineau (1816-1882), Gustave Le Bon (1841-1931), Georges Vacher de Lapouge (1854-1936), foram sendo incorporadas pela sociedade. "O que aqui se consome são modelos evolucionistas e social-evolucionistas originalmente popularizados enquanto justificativa de práticas imperialistas de dominação." (SCHWARCZ, 1993, p. 30). Segundo Lília Moritz Schwarcz:

A partir de 1870 introduzem-se no cenário brasileiro teorias de pensamento até então desconhecidas, como o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo. No entanto, a entrada coletiva, simultânea e maciça dessas doutrinas acarretou, nas leituras mais contemporâneas sobre o período, uma percepção por demais unívoca e coincidente de todas essas tendências. Tais modelos, porém, foram utilizadas de forma particular, guardando-se suas conclusões singulares, suas decorrências teóricas distintas. (SCHWARCZ, 1993, p. 43).

Assim, após a incorporação das idéias europeias na década de 1870, desenvolve-se no Brasil uma maior articulação médica e científica sobre a dinâmica da sociedade e o desenvolvimento de patologias biológicas que acarretavam nos grandes índices de mortalidade infantil no Império. Se outrora a mortandade de crianças era considerada uma fatalidade divina, será nesse período que esse fenômeno social vai se

converter numa questão de ordem médica e política. “Foi somente no século XVIII, com o surgimento do malthusianismo e a extensão das práticas contraceptivas que a idéia de desperdício necessário desapareceu.” (ARIÉS, 1981, p. 23). Portanto, médicos, sanitaristas e pediatras, ao estudarem o fenômeno da mortalidade infantil responsabilizavam os pais pelas mortes das crianças devidos as suas práticas arcaicas de criação e alimentação infantil. Segundo a historiadora Margareth Rago:

Os médicos se lançam numa verdadeira guerra contra práticas que consideravam fundadas em superstições deploráveis e em credices arraigadas, como o uso de figas e amuletos, o uso de colocar nas crianças as bugigangas mais esdrúxulas, [...], contra o hábito preconceituoso das mães que ingeriam vinho para se fortalecerem no período em que amamentavam, contra o conselho da vizinha, do barbeiro, da comadre, contra o clássico chá de chicória, contra a resistência daqueles que se recusavam a vacinar seus filhos em tempo de epidemia de varíola. (RAGO, 1987, p. 128).

Inúmeros foram os artigos publicados pelos médicos sanitaristas que informavam para a população sobre os perigos de uma alimentação inadequada para as crianças. Por exemplo, nesse artigo publicado no jornal O Estado de São Paulo em 1895, o Dr. Arthur Morcovo Filho informava as causas da mortalidade infantil:

As desordens do aparelho digestivo figuram com fundamento entre as mais activas causas da mortalidade da infância; esse facto é particularmente assignalado e discutido proficientemente pelo collega com relação à estatística paulista. [...]. As diarréias maremmaticas, por exemplo, mostram-se na verdade demasiadamente freqüentes na infância, entre nós, para merecerem especial atenção dos pediatras, ellas figuram em elevada cifra na nossa estatística demographica sob a invariável designação de *enterites* ou de *entero-colites*. Sendo a malária dominante no quadro nosologico infantil de S. Paulo seria de não pequeno interesse estudarem os pediatras a origem real de grande numero de accidentes intestinaes que sobrevêm nas creanças, notoriamente na primeira idade, [...]. No decurso, porém, desses últimos annos a corrente immigratoria progressiva e crescente tem-se tornado, por assim dizer, o vehiculo das mais condemnaveis praticas, dos mais perigosos exemplos no que diz respeito da alimentação da infância. (O Estado de São Paulo, 21 mar. 1895, p. 1).

No combate da puericultura e da medicina infantil contra as práticas arcaicas, o costume das famílias ricas de entregarem seus filhos para ser amamentados por amas escravas também foi considerado “pernicioso” para as crianças devido à transmissão de doenças pela falta de higiene. “Evidentemente, também a amamentação era colocada num dos primeiros lugares na hierarquia das origens das doenças infantis.” (RAGO, 1987, p. 126). Os médicos exigiam um maior controle da qualidade do leite materno. Segundo as historiadoras Elisabeth K. C. de Magalhães e Sonia Maria Giacomini:

Era largamente difundida a idéia de que uma das mais importantes causas da mortalidade infantil das crianças brancas devia-se ao costume de serem entregues a amas-de-leite escravas. Daí a necessidade que alguns médicos viam em criar uma instituição que regulasse o serviço das amas permitindo às famílias não só o controle sobre a qualidade e quantidade do leite, mas também normalizar o comportamento das amas segundo padrões higiênicos. (MAGALHÃES; GIACOMINI, 1983, p. 84).

Muitas publicações médicas daquela época incentivavam a gradual substituição do leite materno das amas-de-leite negras mercenárias pela amamentação das mães, pois os médicos sanitaristas consideravam salutar as crianças o fortalecerem vínculos com as mães legítimas. Por exemplo, nessa publicação da Revista Bazar Volante de 1863:

Naquela época, devido principalmente a difusão das teorias científicas racistas europeias do final do século XIX consumidas pela elite médica das cidades brasileiras, as amas-de-leite escravas eram consideradas menos confiáveis, pois abandonavam seus filhos pelo dinheiro do aluguel como amas de leite, e menos zelosas com os cuidados higiênicos no aleitamento das crianças brancas, recebendo o termo pejorativo de “mercenárias”. Segundo a pesquisadora Sandra Sofia Machado Koutsoukos:

As amas livres ou forras [...], porque vendiam seu leite de livre vontade, costumavam ser vistas com bastante desconfiança e acusadas de tentar enganar os médicos, escondendo doenças ou o fato de seu leite ser ralo e fraco. Alguns as condenavam, denominando-as 'mercenárias', por deixarem de lado seus próprios bebês ainda bem pequenos para obter a convidativa renda da venda do próprio leite. Poucos, porém, conseguiram perceber o sacrifício de mulheres pobres que se empregavam como amas. Muitas só procuravam esse serviço após amamentar durante meses seus próprios filhos, garantindo-lhes, assim, melhores oportunidades de sobrevivência. Apenas as mais necessitadas (desesperadas mesmo) procuravam trabalho como amas imediatamente após o nascimento de seus bebês. Fato é que,

para garantir a sobrevivência dos filhos dos mais abastados, filhos de pessoas menos favorecidas morriam. (KOUTSOUKOS, 2009, p. 311-312).

Havia também no discurso médico sanitário do final do século XIX um componente de preconceito racial; pois eles acreditavam que além das doenças, as amas escravas também estavam transmitindo através de seu leite os “vícios das raças negras”. Assim, houve o incentivo da imigração de mulheres europeias para a função de amas-de-leite. “Que viessem portuguesas de doze a vinte anos de idade para na qualidade de amas substituírem as africanas que tão prejudiciais nos são na educação das nossas famílias.” (FREYRE, 1998, p. 269). Segundo Sandra Sofia Machado Koutsoukos:

Em finais do século XVIII e durante todo o seguinte, surgiram no Brasil numerosas críticas com relação ao convívio ‘íntimo’ da família branca, no interior dos lares, com os negros escravos. [...], tais críticas se tornaram mais freqüentes a partir da década de 1850 e vinham, a princípio, de médicos que condenavam o aleitamento pelas amas-de-leite, chamando-o depreciativamente de “aleitamento mercenário”. A suspeita com relação às criadas domésticas em geral aumentara muito nessa época, devido, sobretudo às epidemias de febre amarela e cólera – as criadas, tendo maior contato com a rua, poderiam ser portadoras de doenças e transmiti-las à família de seus patrões. Com a chegada de número cada vez maior de estrangeiros e, ainda, no afã de ‘europeizar’ o país, de se ‘civilizar’ (o que incluía necessariamente a diminuição do número de pessoas negras ao redor da família), tais críticas foram-se intensificando: a presença dos escravos corromperia moral e fisicamente a família. E assim como as teses de médicos, boa parte dos tratados antiescravistas também tinha como tema central a influência maléfica da escravidão no seio da família branca. (KOUTSOUKOS, 2009, p. 308).

A mentalidade cientificista do final do século XIX, fundamentada no racismo, justificava os cuidados que deveriam ter com o leite materno das escravas, pois havia a crença que esse leite transmitiria padrões de imoralidade para as crianças. “As doenças morais, [...], estariam presentes no leite sob a forma de ‘germes’, que conteriam disposições hereditárias da escrava [...], a exemplo da suposta predisposição das escravas para a promiscuidade.” (KOUTSOUKOS, 2009, p. 311) Essa mentalidade do leite das escravas ser um vetor de desregramento moral não se limitava aos brasileiros, mas também influenciou os franceses. Segundo o historiador francês Jacques Donzelot:

Os ricos podiam se beneficiar da exclusividade de uma nutriz, mas raramente de sua bondade, e os médicos descobrem, bruscamente, a explicação de muitas das taras que afetavam as crianças ricas, no comportamento das nutrizes. Espantamo-nos, muitas vezes, [...], em ver filhos de pais honestos e virtuosos manifestarem, desde os primeiros anos de vida, um fundo de baixeza e maldade. Não há duvida, de que essas crianças tiram todos os seus vícios de suas nutrizes. Eles teriam sido honestos se suas mães os tivessem amamentado. Os maus hábitos podem ser transmitidos através da amamentação, [...], sobretudo, se, mirrada pelo trabalho, arrasada pelo cansaço, a nutriz apresenta a criança um seio fumegante de onde sai com dificuldade um leite azedo e ardido. Para essa malignidade das nutrizes há duas razões simples: o interesse e o ódio. [...]. A escrava, naturalmente, inimiga do senhor, tinha que sê-lo, também, de seu filho; por essa criança, elas só tiveram sentimento de medo e adotaram, alegremente, amarras que lhes possibilitava abandoná-la sem correrem o risco que poderiam trair sua negligência. (DONZELOT, 1980, p. 18-19).

Devido a esse componente racial, que colocava a pena da imoralidade, as amas negras perderiam gradualmente sua clientela para as mulheres brancas. Além do discurso depreciativo dos médicos e pediatras e da concorrência com as europeias, às amas-de-leite escravas teria outro desafio a enfrentar: a invenção da *Farinha Láctea Nestlé*. O surgimento de novos alimentos industrializados para a nutrição infantil foi uma revolução no final do século XIX e possibilitava uma alimentação infantil mais sadia e prática para as crianças, substituído o leite materno das amas. “A partir dos anos 1870 passou-se a oferecer aos bebês leite condensado diluído e também farinha láctea, essa última uma novidade importada naquele período.” (KOUTSOUKOS, 2009, p. 308) Abaixo encontra-se um dos primeiros anúncios jornalísticos da Farinha Láctea Nestlé importada para o Brasil, publicado pela Província de São Paulo em Outubro de 1876:

Ama de leite: A escassez das amas sadias e boas, seu preço elevado, tem tornado a introsucção da Farinha Láctea de Nestlé um verdadeiro beneficio para o Brazil, Hoje uma mãe pode ter a satisfação de criar seu filho com o leite que tiver, pouco ou muito, sem risco de enfraquecer nem de soffrer na sua saúde, dando como complemeto o excellent alimento de Nestlé tão gabado pelas summidades medicas da Europa já annunciadas; com uma despeza mensal que não chega a 10\$, pode-se hoje nutrir uma criança de peito nas melhores condições possíveis. Também é muito receitada a farinha Nestlé a todas as pessoas idosas, fracas, convalescentes, às que soffrem do estomago, e que precisam de um alimento de fácil digestão. (A Província de São Paulo, 28 out. 1876, p. 3).

As discussões médicas sobre o comportamento das amas-de-leite escravas e da qualidade de seu leite materno ofertado para as crianças culminariam na regulamentação dos serviços de criadas e amas através da Resolução n. 62 de 21 de Abril de 1886, elaborada pelo governo da província de São Paulo. “As negras amas-de-leite não poderiam se entregar ao aleitamento mercenário sem atestações ou exames de sanidade pelo médico competente.” (FREYRE, 2003, p. 416). Segundo essa legislação, as amas teriam acompanhamento médico periódico (30 dias) sobre sua saúde, higiene e a qualidade de seu leite, em caso de infração, multa de 20 mil réis e prisão de oito dias:

Artigo 17 – A mulher que quizer empregar-se como ama de leite é obrigada, além do que está estabelecido nestas posturas a respeito dos criados em geral; a sujeitar-se na secretaria da policia a um exame pelo medico da câmara municipal, o qual declarará na caderneta o estado de saúde com que ella se achar. Será este exame repetido todas as vezes que o patrão o exigir, e sem essa exigência, de 30 em 30 dias, sob pena de lhe ser cassada a caderneta.

Artigo 18 – A ama de leite, além das causas declaradas no artigo 14, poderá abandonar a casa do patrão, quando da amamentação lhe possa provir, ou já tenha provindo alguma enfermidade; por causa de sua constituição physica, ou por moléstia transmissível da criança tudo a juízo do medico da câmara.

Artigo 19 – As amas de leite não se poderão encarregar da amamentação de mais de uma criança, sob pena de vinte mil réis de multa e cinco dias de prisão.

Artigo 20 – Não poderá ser empregada como ama de leite a mulher, cujas condições de saúde, à juízo do dito medico, não lha permittirem a amamentação, sem prejuízo reconhecido para si, ou para a criança. A infractora pagará a multa de trinta mil reis, além de oito dias de prisão.

Artigo 21 – A ama de leite poderá ser despedida, sem as formalidades do artigo 16, quando tiver vicios que possam prejudicar a criança, ou quando tiver falta de leite, ou for este de má qualidade; ou ainda quando não tratar com zelo e carinho à criança, ou finalmente quando fizer esta ingerir substancias nocivas à saúde. (SÃO PAULO, 1886).

Obviamente, que essa regulamentação controlava apenas o aleitamento das crianças brancas feita pelas amas de leite. Segundo o sociólogo Jurandir Freire Costa, as discussões médicas atendiam somente aos filhos dos senhores ou de pessoas ricas e não havia interesse na mortalidade dos filhos das escravas devido à falta de alimentação:

É importante notar que a maioria das críticas feitas à mortalidade dos expostos ilegítimos foi feita em meio a trabalhos médicos sobre amamentação. Lamentava-se que as senhoras alugassem suas escravas no período puerperal porque naquelas condições elas se tornavam péssimas amas de leite. Aos médicos interessava pouco ou nada o destino das crianças nascidas escravas e mortas na roda. O que importava era o destino das outras, dos filhos bem nascidos que eram entregues a essas criaturas sem o mínimo de qualidade para nutri-los. As escravas separadas à força de seus filhos, sofriam abalos morais que estragavam o leite com que deviam amamentar os recém-nascidos de elite. Ou então, deprimidas ou contrariadas, tratavam com má vontade, preguiça e crueldade as crianças de que se ocupavam. (COSTA, 2004, p. 168).

Se os filhos dos senhores estavam amparados pela legislação de controle da qualidade do leite materno das amas-de-leite, o que restava para as crianças negras? Para a maioria, a morte certa por desnutrição, o aborto ou caso sobrevivessem, elas seriam depachadas para a *Roda dos Enjeitados* mantidos pela Igreja Católica e mandadas aos “cuidados” das criadeiras. Segundo o historiador Renato Pinto Venâncio (2006, p. 218).:

A morte dos bebês ou de seus familiares inviabilizava inúmeras recuperações. Para os que permaneciam na residência das criadeiras, a vida não era fácil. Os limites entre a condição de escravo e de abandonado eram fluidos. As crianças negras ou pardas sem família acabavam sendo alvo de negociatas, eram vendidas, trocadas, ou dadas de presente. Tal qual as crias cativas, essas crianças moravam em residência alheia em troca de um prato de comida e um teto para dormir.

Finalizando, pode-se concluir que a participação das escravas na formação das famílias paulistas e na amamentação dos recém-nascidos foi de fundamental importância na História da Infância no Brasil. Retomando as conclusões desse estudo, as amas-de-leite escravas atuavam socialmente em duas situações: 1) Primeiramente, como as escravas das casas-grandes; das quais tiveram diversas funções dentro do ambiente da familiar patriarcal: mucama, amante, ama-de-leite e mãe preta dos filhos dos senhores. A lógica escravocrata impedia a autonomia dessas mulheres em tratarem de seus próprios filhos, o que ocasionava uma grande mortalidade, e apesar de sua dedicação e afeição com as crianças brancas, raramente era recompensada com alforria. 2) Na capital de São Paulo, mulheres escravas pertenciam a pequenos planteis e, com algumas exceções, quando estavam na fase lactante eram vendidas ou alugadas

como amas-de-leite, muitas vezes sendo separadas abruptamente de seus filhos, estes colocados na Roda de Enjeitados. Revoltadas, essas mulheres descarregavam seu ressentimento sobre as crianças, o que lhes conferiu a visão de mulheres vingativas e mercenárias. Tal situação não demorou a despertarem antigos preconceitos sobre as escravas negras, reforçado pelo discurso médico sanitário, que rebaixava as amas-de-leite a condição de “viciosas”, e as recomendações médicas eram de substituir pelo leite de mulheres brancas ou por alimentos lácteos industrializados. Apesar de carregarem esse estigma dopensamentocientífico da sociedade escravocrata, as amas-de-leite escravas foram na História da Infância do Brasil personagens importantes na alimentação e na saúde infantil, evitando que a mortalidade infantil, que na época já era altíssima, chegasse a níveis ainda maiores. Portanto, essas mulheres escravas são merecedoras de toda a consideração da sociedade que luta pela proteção da infância.

Caderno de Imagens

Imagem 1 - Fotografia de estúdio de busto de ama-de-leite negra com uma criança branca, autoria de Militão Augusto de Azevedo em 1874. (Detalhe). Acervo: Museu Paulista.



Fonte: Koutsoukos (2007)

Imagem 2 - Pintura Mãe-Preta de autoria de Lucílio de Albuquerque de 1912



Fonte: Wikimedia Commons (2014). Acervo: Museu de Belas Artes da Bahia.

Imagem 3 - Ilustração da Revista Bazar Volante de 1863



Fonte: Alencastro (1997, p. 66).

Fontes Documentais

A Província de São Paulo, São Paulo. (1874 – 1889). Acervo Histórico do O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

Correio Paulistano, São Paulo, (1854 – 1888). Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso: 30 abr. 2015.

Farol Paulistano, São Paulo, 15 jun. 1836. Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso: 30 abr. 2015.

Jornal da Tarde, São Paulo, (1879). Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso: 30 abr. 2015.

O Diário de São Paulo, São Paulo, (1866). Acervo: Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>>. Acesso: 30 abr. 2015.

O Estado de São Paulo, São Paulo. (1895). Acervo Histórico do O Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://acervo.estadao.com.br/>>. Acesso em: 30 abr. 2015.

Referências

ALENCAR, Jose. *Mãe*: drama em 4 atos. Rio de Janeiro: Typographia de F. de Paula Brito, 1862. (Biblioteca Virtual Brasileira Guida e José Mindlin: Universidade de São Paulo – USP).

ALENCASTRO, Luís Felipe. Vida privada e ordem privada no Império. In: ALENCASTRO, Luís Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 11-93.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

DONZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1980. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 9).

EXPILLY, Charles. *Mulheres e costumes no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Biblioteca Pedagógica Brasileira, 5).

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes: o legado da raça branca*. São Paulo: Dominus, 1965.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GIACOMINI, S. M. *Mulher e escrava: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1988.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*. Tradução e notas de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

KIDDER, Daniel P.; FLETCHER, James C. *O Brasil e os brasileiros: esboço histórico e descritivo*. Tradução de Elias Dolianiti. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1941.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Amas mercenárias: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas - Brasil, segunda metade do século XIX. *História, Ciências, Saúde: Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 305-324, 2009.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. Amas na fotografia brasileira da segunda metade do século XIX. *Programa Cultura e Pesamento*, 2007. Disponível em: <<http://www.studium.iar.unicamp.br/africanidades/koutsoukos/index.html>>. Acesso em: 30 jul. 2014.

MAGALHÃES, E. K. C.; GIACOMINI, S. M. A escrava ama-de-leite: anjo ou demônio? In: BARROSO, Carmem; COSTA, Albertina de Oliveira (Org.). *Mulher, mulheres*. São Paulo: Cortez, 1983, p. 73-88.

MARCILIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. Prefácio de C. F. Cardoso. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes (Org.). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998.

PATROCÍNIO, José. *Motta coqueiro ou a pena de morte (1877)*. São Paulo: Poeteiro Editor Digital, 2014. (Projeto Livro Livre).

PENA, Martins. *A desgraça de uma criança (1846)*. Acervo da Biblioteca Digital de Peças Teatrais (BDteatro) da Universidade Federal de Uberlândia – MG (UFU), 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAGO, Margareth. A preservação da infância. In: RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar*. Brasil. (1890 – 1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 117-162.

SÃO PAULO. *Resolução 62 de 21 de Abril de 1886*. Regulamentação dos serviços de criados e amas de leite. . Disponível em: <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1886/resolucao-62-21.04.1886.html>. Acesso: 24 jul. 2015.

SCHLICHTHORST, Carl. *O Rio de Janeiro como é (1824 – 1826)*: uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil. Tradução de Emmy Dodt e Gustavo Barroso. Brasília: Senado Federal, 2000. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SLENES, Robert W. Senhores e subalternos no oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (Org.). *História da vida privada no Brasil*. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 233-290.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade negada. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 189-222.

WIKIMEDIA COMMONS. *Lucílio de Albuquerque: mãe preta*. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Luc%C3%ADlio_de_Albuquerque_-_M%C3%A3e_Preta.JPG?uselang=pt-br>. Acesso em: 30 maio 2014.

Recebido em 11/02/2016 – Aprovado em 16/04/2016.